

## BRASIL: 500 ANOS DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA<sup>1</sup>

Entre 1500 e 1750, se constituiu o mercado mundial capitalista apoiado no capital comercial, que gerou uma divisão internacional do trabalho e um sistema colonial,<sup>2</sup> baseado na dominação dos povos “atrasados” pelas potências da época: Holanda, Inglaterra, França, Espanha e, em menor escala, Portugal.

A prosperidade europeia nasceu do sistema colonial.<sup>3</sup> O domínio do mundo, com as grandes “descobertas”, ampliou a visão da classe burguesa, e a Europa se converteu no centro irradiador dos novos tempos. Para vencer as monarquias reacionárias, a burguesia tinha que usar todas as forças econômicas do mundo em ebulição. Os conquistadores foram na frente, financiados pelos banqueiros. Quanto mais as metrópoles se enriqueciam, mais as colônias se empobreciam. Quanto mais se industrializava a Inglaterra, mais se desenvolvia a produção primária exportadora nos países atrasados. Quanto mais civilizada a metrópole, mais atrasada a colônia. A exploração das colônias permitiu uma acumulação inicial de riquezas que deu vida ao capitalismo industrial nascido na Inglaterra por volta de 1750 e, posteriormente, possibilitou a nova época do capitalismo mundial, o imperialismo, que surgiu entre 1875 e 1900.<sup>4</sup>

A Inglaterra se tornou a nação dominante no mundo porque venceu, em guerras, seus competidores; foi a principal beneficiária do ouro e da prata explorada por Espanha e Portugal; se tornou a fábrica do mundo; contava com os banqueiros mais poderosos da Europa; e ainda possuía a maior frota de navios de guerra do mundo. Em 1815, detinha o monopólio do comércio mundial. Tudo isso foi impulsionado pela revolução burguesa no país, a primeira de todas, realizada entre 1640 e 1660.

Com o surgimento do mercado mundial, a história só pode ser apreendida numa totalidade. Sem entender o fenômeno do capitalismo nascente e seu domínio do mundo não é possível analisar, seriamente, a economia e a política mundial e local, de 1500 em diante.<sup>5</sup> Desde então, o capitalismo assumiu três fases (mercantil, industrial e monopolista) e se consolidou como um sistema econômico e político mundial.

Doravante, a “questão nacional” deixou de ser apenas a formação e unificação das nações contra o feudalismo para expressar a luta das colônias contra a dominação imperialista. A primeira forma se esgotou em 1848 na Europa, se tornou reacionária nos países dominantes,

---

<sup>1</sup> Sempre que nos referimos ao termo “imperialismo” para o período anterior a 1900, estamos nos reportando a um imperialismo nascente, do capitalismo mercantil, do sistema mundial colonial, que lançou as bases para a fase do capitalismo monopolista, conhecido como *imperialismo*.

<sup>2</sup> “As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (...) As diferentes formas da acumulação primitiva distribuem-se agora mais ou menos por ordem cronológica, especialmente pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, são coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Estes métodos dependem em parte da força bruta, como por exemplo, o sistema colonial.” Marx, Karl, *O Capital*, Livro I, Volume 2, página 867, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

<sup>3</sup> Discurso do jovem Engels sobre o descobrimento da América, em 1847: “O surgimento das máquinas se deve, em boa parte, ao descobrimento da América, e com isso, começou necessariamente a luta que estamos travando hoje, a luta dos despossuídos contra os possuidores. (...) Eis aqui como o descobrimento da América dividiu toda a sociedade em duas classes, o que não podia ocorrer sem o nascimento do mercado mundial.” Engels, Friedrich, “El descubrimiento de América y las luchas de los pueblos”, resumo do discurso pronunciado na Sociedade de Cultura Operária de Londres, em 30 de novembro de 1847, publicado em 1919 segundo as atas originais de Max Nettlau.

<sup>4</sup> “Não cabe dúvida alguma – e precisamente este fato suscitou concepções inteiramente falsas – de que, nos séculos XVI e XVII, as grandes revoluções que tiveram lugar no comércio com os descobrimentos geográficos, e aceleraram enormemente o desenvolvimento do capital comercial, constituem um elemento básico na promoção do trânsito do modo feudal de produção para o modo capitalista. A súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias circulantes, a emulação entre as nações europeias, desejosas de se apoderarem dos produtos asiáticos e dos tesouros da América, o sistema colonial coadjuvaram essencialmente para derrubar as barreiras feudais que obstaculizavam a produção.” Marx, Karl, *O Capital*, Livro III, Volume 5, op. cit., p. 383.

<sup>5</sup> “Em geral, no entanto, são as determinações externas, acopladas com as forças internas, que articulam e orientam o subsistema econômico (...)” Ianni, Octavio, *A ideia de um Brasil moderno*, São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 55.

junto com toda a burguesia, enquanto as revoluções de libertação nacional começaram justamente quando findou o papel progressivo da burguesia dos países centrais da Europa, quando a burguesia mundial, já cumpria um papel reacionário nas colônias.

### **Brasil: uma vasta exploração colonial da Europa**

A dominação imperialista, por um lado, e a não realização da revolução democrático-burguesa, por outro, vão determinar os fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais do Brasil de 1500 até os dias de hoje.

Este estudo busca compreender as características gerais do Brasil e sua dinâmica histórica em relação com o mundo, portanto, entende que nossa sociedade foi moldada, em seus aspectos fundamentais, pelo domínio estrangeiro, e não por suas especificidades “nacionais”. Não é a existência da monocultura para exportação o problema central do Brasil, e sim que os lucros dessa operação industrial não foram distribuídos para o seu desenvolvimento. O modelo foi orientado para enriquecer as metrópoles e impedir o surgimento de uma indústria local diversificada.

O critério fundamental para entender o Brasil é vê-lo dentro do mundo, em movimento, cumprindo uma função específica na divisão internacional do trabalho, e analisar os pontos de ruptura e como cada classe (ou setor de classe) se comportou nos últimos 500 anos.<sup>6</sup>

Toda a estrutura econômica, social, política e cultural do Brasil foi montada para fortalecer e enriquecer os centros metropolitanos: entre 1500 e 1703, domínio direto português, financiado pelos holandeses no início; entre 1703 e 1889, Portugal deixou de ser potência e se tornou uma semicolônia da Inglaterra, que passou a ter um domínio indireto, financeiro e comercial do Brasil; entre 1889 e 1940, domínio indireto – financeiro e comercial – em disputa entre Inglaterra e Estados Unidos; e de 1940 até hoje, domínio indireto – financeiro, comercial e industrial – dos EUA.<sup>7</sup>

Em 1703, com a assinatura do Tratado de Methuen, Portugal se tornou um protetorado da Inglaterra, dependendo dela, principalmente dos seus empréstimos, dos produtos manufaturados e da armada inglesa, que passou a proteger os bens da monarquia portuguesa no mundo. Com esse tratado, Portugal abriu mão de criar uma indústria própria em troca de a Inglaterra comprar seus vinhos. O Brasil passou a ser pilhado duplamente: pela monarquia portuguesa e pela nascente burguesia inglesa.<sup>8</sup>

Entender que a subordinação estrangeira do Brasil pelo capitalismo nascente é o que dá a feição ao nosso país não deve negar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil assumiu características próprias, únicas, altamente contraditórias, misturado com formas pré-capitalistas – a escravidão e o latifúndio.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco (...) ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira.” **Prado Júnior, Caio, Formação do Brasil contemporâneo, São Paulo, Brasiliense, 1942, p. 26.**

<sup>7</sup> “Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram a instalação e a estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas.” Prado Júnior, Caio, *A revolução brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 68.

<sup>8</sup> Alan K. Manchester, estudioso do domínio inglês, afirmou em 1933: “Portugal se tornou, praticamente, um vassalo comercial da Inglaterra.” Citado por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, 20. ed., São Paulo, Editora Nacional, 1985, p. 33.

<sup>9</sup> “A escravidão direta é o fundamento do nosso industrialismo atual, tanto como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão, sem algodão não teríamos indústria moderna. É a escravidão que deu valor às colônias; são as colônias que criaram o comércio mundial; é o comércio mundial que constitui a condição necessária da grande indústria mecanizada. Por isso, antes do tráfico negreiro, as colônias não proporcionavam ao Velho Mundo senão uns poucos produtos que não teriam mudado

Essas características particulares nacionais são muito importantes, já que determinaram, por décadas, ou mesmo por séculos, a forma da política e do programa nacional. Porém, por mais importantes que sejam essas formas, obedecem às leis do desenvolvimento geral do sistema capitalista mundial.<sup>10</sup>

Nascemos colônia e até hoje temos uma condição semicolonial. São 500 anos de dominação imperialista sobre o Brasil. Apesar de se ter tentado apagar da memória do povo brasileiro esse domínio estrangeiro sobre nosso país nos últimos 85 anos, as marcas de tal dominação (controle sutil das multinacionais sobre a economia brasileira, mito da democracia racial para esconder o genocídio negro em quase 400 anos de escravidão, etc) estão por toda parte e devem ser reconhecidas, para serem eliminadas pela revolução socialista.

A colonização do Brasil, realizada por portugueses e financiada por banqueiros holandeses, foi resultado de uma empresa de natureza capitalista, visando uma produção de mercadorias em larga escala para o mercado mundial com fins lucrativos. Éramos apenas um elo do mercado mundial. O objetivo das “descobertas” era extrair ouro e prata – as moedas para o mercado mundial nascente –, alimentos e matérias-primas, com objetivo de lucro e de desenvolvimento das metrópoles. As grandes épocas da economia brasileira estavam ligadas ao mercado mundial: a época do Açúcar, que foi de 1532 a 1709, centralizado no Nordeste brasileiro, a do Ouro, entre 1709 e 1789, em Minas Gerais, que levou a capital para o Rio de Janeiro, e a do Café, entre 1800 e 1930, que deu protagonismo ao Sudeste, especialmente a São Paulo.

A demonstração do caráter capitalista se deu em dois níveis: de um lado, as *plantations* (grandes plantações de cana de açúcar) eram empresas capitalistas, utilizando técnicas modernas, empregando mão de obra em grande escala e produzindo mercadorias para o mercado mundial.<sup>11</sup> Essas empresas capitalistas foram confundidas com “feudos” por sua estrutura latifundiária e por utilizar mão de obra escravizada. De outro lado, não se estruturou uma sociedade baseada na pequena propriedade rural, que produz para a subsistência, uma característica importante do modo de produção feudal. Os elementos pré-capitalistas, confundidos erroneamente com feudalismo, foram, assim, subordinados ao capitalismo nascente, gerando um novo tipo de sociedade, uma mistura de sistemas. A melhor demonstração de que não houve feudalismo no Brasil é que a economia canavieira teve seu auge e sua decadência na concorrência mundial: a produção do Caribe suplantou a produção brasileira em rentabilidade, provocando a crise dessa indústria que foi a cara do Brasil por 200 anos.

Porém, a colonização brasileira utilizou formas pré-capitalistas (a escravidão burguesa e o latifúndio burguês), criando um novo tipo de sociedade, um escravismo burguês, híbrido, uma mistura, desigual e combinada, subordinada ao capital mercantil e ao mercado mundial.<sup>12</sup> O

---

visivelmente a face da terra. A escravidão, pois, é uma categoria econômica de enorme importância. Sem a escravidão, a América do Norte, a nação mais progressista, se transformaria num país patriarcal. Se suprimirmos a América do Norte do mapa das nações, teremos a anarquia, a decadência por completo do comércio e da civilização moderna. Porém, fazer desaparecer a escravidão equivaleria suprimir a América do Norte do mapa das nações. Portanto, a escravidão, por ser uma categoria econômica, existe desde o começo do mundo entre todos os povos. Os povos modernos não fizeram mais do que encobrir a escravidão entre eles e introduzi-la sem disfarces no Novo Mundo.” Carta de Marx para Annenkov. Traduzido do original francês segundo a compilação: Marx; Engels, *Ausgewählte Briefe*, Berlin, Dietz Verlag, 1953, p. 37.

<sup>10</sup> “No entanto, ainda que estejam profundamente assentadas estas peculiaridades na estrutura social e por poderosa que seja sua influência na vida nacional, elas são limitadas. Em primeiro lugar, são limitadas na ação. Não substituem o processo superior da economia e política mundial nem podem abolir o funcionamento de suas leis.” Novack, George, *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*, São Paulo, Rabisco, 1988.

<sup>11</sup> Marx caracteriza a colonização nas *plantations* (grandes plantações) da seguinte forma: “Na segunda classe de colônias – as plantações, que são, desde o momento de criar-se, especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial – existe um regime de produção capitalista, ainda que de modo formal, posto que a escravização de negros exclui o trabalho livre assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista. São, no entanto, capitalistas os que manejam o tráfico de negros. O sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão e sim que se enxerta nela. Neste caso, o capitalista e o latifundiário são uma só pessoa.” Marx, Karl, *Teorias sobre la plusvalía* (Tomo IV de El Capital) tomo 2, México, Fondo de Cultura Económica, 1980, p. 331.

<sup>12</sup> Sem utilizar esse conceito, o líder político argentino, Nahuel Moreno, definiu assim a sociedade colonial: “A verdade é que não pode haver outra definição marxista para a colonização espanholas-portuguesas e no Sul dos Estados Unidos que a produção

escravismo burguês representa os dois polos que determinaram a vida colonial do Brasil: a dominação burguesa estrangeira e a escravidão, estando a segunda subordinada à primeira. Escravidão burguesa, porque o tráfico negreiro era um negócio capitalista monopolizado pelas potências da época e porque, em muitas regiões, os negros escravizados tinham que plantar nas terras do proprietário para garantir sua sobrevivência. Latifúndio burguês, porque as *plantations* (grandes plantações), especialmente os engenhos de açúcar da época, eram parte de uma empresa capitalista. A sociedade saltou do comunismo primitivo, a partir do extermínio da organização social das tribos que habitavam a região, e foi ligada ao sistema mundial de Estados, o capitalismo nascente. Essa nova estrutura social deu um salto de 5 mil anos (4 mil anos de duração do escravismo – de 3.500 a.C. a 500 anos d.C. – e mil anos de feudalismo – do século V ao século XV), ao utilizar essas formas pré-capitalistas como pontes que ligaram o comunismo primitivo com o capitalismo europeu nascente.

A dominação imperialista foi moldando o Brasil como imagem invertida e distorcida da Europa, formando um caleidoscópio, um túnel do tempo no qual estavam mesclados os modos de produção,<sup>13</sup> todos subordinados ao seu futuro: a forma capitalista de produção.<sup>14</sup>

A complexidade dessa sociedade pregou uma peça na maioria dos historiadores, que resolveram suas dificuldades teóricas anulando o contraditório: para uns, era uma sociedade feudal,<sup>15</sup> que iria percorrer o caminho linear dos modos de produção, numa escadinha histórica: escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. Outros opinaram que era um modo de produção escravista.<sup>16</sup> Latifúndio e feudalismo não são sinônimos, tanto que até hoje impera o latifúndio no Brasil, dominado pelo agronegócio capitalista multinacional. Portanto, pensavam que se reproduziria na colônia o mesmo esquema do desenvolvimento europeu, no qual a burguesia cumpriu um papel revolucionário, dirigindo uma revolução democrático-burguesa, contra as monarquias.<sup>17</sup> Para outros, partindo da premissa correta de que a colonização teve um caráter capitalista, concluíram que a revolução brasileira era diretamente socialista,<sup>18</sup> esquecendo que 350 anos de escravismo e de latifúndio marcariam a sociedade definitivamente, criando um híbrido, uma sociedade diferente das sociedades europeias, que combinou o mais avançado da época (surgimento do mercado mundial capitalista e a técnica produtiva) com o mais atrasado (a escravidão humana).

Essa subordinação das formas pré-capitalistas ao capitalismo mundial se deu através da divisão internacional do trabalho, pela qual os países dominados produziram alimentos e matérias-primas para o desenvolvimento das metrópoles, distorcendo seu desenvolvimento normal, reproduzindo no dia a dia as formas de dominação estrangeira e submissão colonial. Coube ao Brasil o modelo da monocultura para exportação: pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, borracha,

---

capitalista especialmente organizada para o mercado mundial com relações de produção pré-capitalistas.” Moreno, Nahuel, “Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa na América”, 1948, disponível em [https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/01\\_nm.htm](https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/01_nm.htm). A Liga Comunista Internacionalista, organização trotskista brasileira que existiu na década de 1930, tinha uma posição similar, ainda que em certos textos defina como “feudalismo colonial” ou “economia semifeudal”. Documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930 - 1933 Fúlvio Abramo e Dainis Karepovs (orgs.), “Projeto de teses sobre a situação nacional”, 1933, p. 156-157.

<sup>13</sup> Milcíades Peña, em colaboração estreita com Nahuel Moreno, definiu essas sociedades como “capitalismo colonial”, em oposição ao capitalismo industrial. Ver Peña, Milcíades, *Historia del Pueblo argentino*, 1955/1957, Editora Emecé, Buenos Aires, 2014, p. 61.

<sup>14</sup> O dirigente do PCB, Leôncio Basbaum, identifica um novo tipo de feudalismo: mistura de feudalismo medieval, escravagismo romano e capitalismo renascentista, isto é, um sistema burguês-feudal-escravista. Basbaum, Leôncio, *História sincera da República*, 2. ed., v. 1, 1962, p. 31.

<sup>15</sup> A posição de que houve um “feudalismo” no Brasil colonial foi defendida por autores ligados ao Partido Comunista, como Néelson Werneck Sodré, em *História e materialismo histórico no Brasil*, São Paulo, Global, 1985, p. 115-118.

<sup>16</sup> A visão definida como “escravismo colonial” foi defendida por Jacob Gorender em *O escravismo colonial*, de 1978. Esse autor, apesar de partir de uma ideia inovadora, a de que o escravo era o elemento central da realidade colonial brasileira, tira-o do contexto global. O elemento determinante para definir o Brasil é a sua relação com o mundo, e não o inverso. Gorender simplifica as relações de produção à forma de como se produz, sem levar em conta a finalidade da produção. Gorender, Jacob, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1978.

<sup>17</sup> Caio Prado Júnior, apesar de ser da direção do PCB, negou essa visão: “(...) sistema feudal, semifeudal ou aparentado nunca existiu entre nós (...)”. *A revolução brasileira*, op. cit., p. 39.

<sup>18</sup> Posição defendida por André Gunder Frank, teórico marxista europeu, e por algumas organizações guerrilheiras das décadas de 1960 e 1970.

cacau e café. Esses ciclos representaram momentos da alienação do Brasil aos interesses das metrópoles e deixaram um rastro de destruição no país.<sup>19</sup>

O capitalismo nascente soube, desde o início, utilizar as formas pré-capitalistas para ampliar sua exploração sobre os trabalhadores e sobre as nações coloniais e semicoloniais, começando pela utilização de mão de obra escravizada, a exploração do camponês pelo latifundiário semiburguês, pelo comércio desigual, pela pirataria, pela imposição de impostos e, depois, pela utilização dos empréstimos bancários. Todas essas formas foram vitais para o surgimento do capitalismo inglês e europeu e coabitaram com a extração “pura” de mais-valia. Portanto, apesar de serem formas contraditórias do capitalismo industrial, foram submetidas a este e colocadas para funcionar ao serviço do novo sistema de exploração mundial.<sup>20</sup>

A demonstração desse atrofimento do desenvolvimento do Brasil foi o Alvará de 5 de janeiro de 1785, de Maria I, que extinguiu as manufaturas de tecido no Brasil, obrigando-o a comprar produtos industriais da Inglaterra. Essa lei foi imposta por Portugal para satisfazer o monopólio industrial inglês. A única indústria permitida era do açúcar. A indústria têxtil e a ourivesaria foram proibidas por cartas régias.<sup>21</sup> Assim, o imperialismo nascente matava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista “normal”, já que a industrialização com a consequente urbanização é a condição sem a qual não há desenvolvimento capitalista.

Essa localização colonial do Brasil na divisão internacional do trabalho foi imposta pela força, como tudo que é feito pelo capitalismo. Significou o extermínio de mais de 5 milhões de indígenas e outros milhões de negros escravizados (que tinham oito anos de vida “útil” produtiva). Estima-se que cerca de 10 milhões de negros africanos foram feitos escravos e trazidos para a América, dos quais 40% vieram para o Brasil.

Essa subordinação ao capitalismo mercantil europeu determinou que a classe burguesa no Brasil nascesse muito débil,<sup>22</sup> porque surgiu totalmente dependente do mercado mundial e por isso mesmo incapaz de romper com a dominação estrangeira através de uma revolução democrático-burguesa. A burguesia brasileira surgiu muito cedo, atada de pés e mãos ao imperialismo nascente e, por essa dependência, apodreceu antes de amadurecer. A aristocracia burguesa açucareira, os empresários do açúcar, os latifundiários semiburgueses, enfim, a classe dominante no Brasil colonial, reinou por 200 anos como agente dos capitais estrangeiros. Dependia diretamente das oscilações do mercado mundial e da concorrência internacional. Outro elemento que debilitou a burguesia nacional no seu nascimento: o comércio estava em mãos de estrangeiros, principalmente os portugueses e ingleses.

### **Da Independência à República: mudanças de cúpula, com medo do povo**

A decadência da economia apoiada no açúcar e o esgotamento do ouro, no fim do século XVIII, obrigaram o Brasil a romper seus laços com a metrópole portuguesa e seguir o caminho da

---

<sup>19</sup> “O açúcar brasileiro do século XVI e parte do XVII contribuiu à acumulação originária do capital nos Países Baixos a partir da comercialização e o transporte de dito produto controlado pela Holanda. Durante o século XVIII, o ouro e os diamantes do Brasil contribuíram em grande medida ao fundo de acumulação que permitiu o salto industrial, porque esses minerais preciosos iam para Lisboa e dali para Londres. Com toda razão se disse que ‘entre 1700 e 1770, o comércio anglo-português contribuiu substancialmente ao desenvolvimento da economia inglesa’”. Vitale, Luís, *História Latino-americana*, tomo 1, 1997, p. 20, tradução nossa. Acessado em 30/9/2016 em: [http://mazingher.sisib.uchile.cl/repositorio/lb/filosofia\\_y\\_humanidades/vitale/obras/sys/aaml/a/t1s.pdf](http://mazingher.sisib.uchile.cl/repositorio/lb/filosofia_y_humanidades/vitale/obras/sys/aaml/a/t1s.pdf)

<sup>20</sup> Os 800 mil quilos de ouro extraídos do Brasil (três vezes mais que o extraído pelo império espanhol em suas colônias americanas) e enviados, depois de breve passagem por Portugal, para a Inglaterra, tornaram a banca de Londres o maior centro financeiro da época.

<sup>21</sup> “Eu a Rainha (...) ordeno que todas as fábricas, manufaturas ou construções de barcos, de tecidos, de ourivesaria (...) ou de qualquer tipo de seda (...) algodão ou linho e roupa (...) qualquer confecção de lã (...) serão extintas e abolidas em qualquer dos meus domínios do Brasil.” Citado por André Gunder Frank, em *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, agosto de 1972, p. 111. Tradução nossa. Acessado em 30/9/2016 em [http://www.archivochile.cl/Ideas\\_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf](http://www.archivochile.cl/Ideas_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf)

<sup>22</sup> “A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade. A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado externo. As vicissitudes coloniais no Brasil nos primeiros três séculos de sua história não são mais que a repercussão das lutas das nações europeias para o predomínio do mercado mundial (...).” Liga Comunista Internacionalista (LCI), “Projeto de teses sobre a situação nacional”, 1933.

independência: começam a surgir os movimentos pela libertação do Brasil, como foi o caso da Inconfidência Mineira, dirigida por Tiradentes. A monarquia burguesa de Portugal estava falida, e abriu-se a etapa da independência, fato que já estava ocorrendo em toda a América espanhola. A revolução de independência norte-americana, em 1776, influenciou o continente, e, a partir de 1810, vão se produzir dezenas de revoluções de independência na América Latina.

Quando a monarquia portuguesa se transferiu para o Brasil fugindo de Napoleão, que havia conquistado Portugal, institucionalizou o domínio da Inglaterra sobre a colônia lusitana, e o Brasil enveredou pela trilha da independência.<sup>23</sup> Cerca de 15 mil pessoas da Corte portuguesa cruzaram o Atlântico escoltados por navios de guerra ingleses. A monarquia portuguesa já era um peso morto para a colônia e para a Inglaterra. Havia chegado a hora de se desfazer do peso morto.

A abertura dos portos do Brasil à Inglaterra foi o prêmio dado pela Coroa portuguesa aos seus salvadores ingleses, que os libertaram do jugo napoleônico. Os tratados econômicos colocaram a Corte portuguesa e sua colônia aos pés da Inglaterra. Portugal se tornou um protetorado. Duplas cadeias vão prender, doravante, o pobre e explorado Brasil. Em 1821, o Brasil passou a ser o maior importador de produtos ingleses, superando a Ásia. Iniciava-se o século de dominação inglesa sobre nosso país. A marinha de guerra do Brasil, pós-independência ficou a cargo de um oficial britânico, Thomas A. Cochrane, nomeado primeiro almirante do Brasil, protagonista na derrota da revolução de 1817, que proclamou a república de Pernambuco, e da Confederação do Equador, movimento republicano de 1824 localizado nas províncias que viriam a ser o Nordeste do Brasil.

Nesse período, a América Latina estava incendiada por revoluções de independência. Uma em especial influenciou a vida política da colônia brasileira: a revolução haitiana, comandada por escravos negros, que durou de 1791 a 1804 e terminou com a declaração de independência frente aos franceses. Essa revolução negra antecipou o fim da escravidão africana no mundo. As revoltas negras assolaram as Américas: foram 75 grandes revoltas em 200 anos (entre 1638 e 1837). A rebelião da Jamaica, em 1832, reuniu 20 mil escravizados em greve: durante uma semana os escravizados assumiram o controle da Jamaica, exigindo o fim da escravidão e o direito de voto para todos. Essa luta influenciou o movimento operário inglês e apressou a luta pelo fim da escravidão negra. A monarquia inglesa se tornou “aboliconista”, mesmo que nos três séculos anteriores tivesse monopolizado o tráfico mundial de africanos. Passou uma visão para o mundo que o capitalismo inglês era “civilizado” e “progressista”, que os brancos ingleses tinham garantido o fim da escravidão. No Brasil, essa farsa se refletiu na princesa branca libertando, de uma canetada, milhões de negros escravizados. Essa farsa buscava esconder que o fim da escravidão se deu pela luta do povo negro, cujo principal exemplo no Brasil foi a “República Negra” de Palmares, com 200 km de extensão (de Alagoas até próximo a Recife), que existiu por mais de oitenta anos, entre 1612 e 1694. A derrota final se deu em 1694, depois de dois anos de luta. Na batalha decisiva, morreram 200 negros no enfrentamento, e outros 200 preferiram se jogar de um precipício a entregar-se ao inimigo.<sup>24</sup> Zumbi foi decapitado, e sua

---

<sup>23</sup> O britânico Alexander Caudleigh, em visita ao Rio em 1825, escreveu que “o comércio brasileiro pode ser considerado inteiramente nas mãos dos britânicos, como se existisse um exclusivo monopólio a seu favor no tratado de 1810”. Citado por Mauro César Silveira na revista *História Viva*, n. 16, fev. 2005.

<sup>24</sup> Em sua segunda carta, Domingos Jorge Velho, o carrasco contou: “Certifico que assistindo neste sítio e cerco em que pus aos negros levantados do Palmar depois de estarem em sítio vinte e dois dias no último em que se contavam os ditos vendo-se o dito negro oprimido do dito cerco se resolveu a romper com todo o risco albaroando por duas partes a em que estava o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo que os rechaçou por estilo que os fez obrigar a despenharem-se por um rochedo, tão inopinável que os mais deles pereceram e se espedaçaram pelo dito rochedo, obrigados das cargas com que os veio sacudindo o dito capitão-mor com sua gente, sendo em duas horas depois da meia-noite, que logo a essa começaram os seus a matar e aprisionar os ditos negros, que ainda lhe feriram três homens com as cargas que lhe deram, dois de balas e um de flecha; e o dito capitão-mor em todo esse dia, desde as ditas duas horas depois da meia-noite, lidou com todos os seus no alcance do dito inimigo, aprisionando e matando muitos, e veio pessoalmente a buscar-me para que desse pessoalmente calor no alcance do dito inimigo o que fiz e em minha companhia andou com tal desvelo e cuidado que não havia cousa que não soubesse advertir e prontamente acudir e se recolheu ao seu posto ao pôr-do-sol com cinquenta e oito pessoas que me mandou entregar sendo muitos os mortos que os seus pelas brenhas mataram, e no tal dia ainda se lhe estreparam dois homens no alcance do dito inimigo em cujo alcance se mataram mais de duzentos negros

cabeça foi exposta em praça pública em Recife para servir de exemplo.<sup>25</sup> Em 1823, explodiu em Pernambuco uma revolta que tinha, entre outros elementos, o ingrediente racial e anti-imperialista. Veja uma poesia da época:

Marinheiros [portugueses] e caiados [embranquecidos]  
Todos devem se acabar,  
Porque só pardos e pretos  
O país hão de habitar.<sup>26</sup>

Diante dessa conjuntura econômica e política mundial, a partir de 1822, a história do Brasil foi influenciada, diretamente, pelos ingleses. A “independência” foi uma negociação de cúpula, preventiva,<sup>27</sup> para evitar uma verdadeira revolução de independência dirigida pelos de baixo. De colônia de Portugal passamos a semicolônia da Inglaterra. A “independência” custou ao Brasil três milhões de libras, emprestadas pelos banqueiros ingleses, como Rothschild. A independência não garantiu novas relações de produção, pois foram mantidos a escravidão e o latifúndio, a economia não foi modificada, sequer a independência do país foi garantida, já que somente se trocou o domínio direto de Portugal pelo domínio indireto da Inglaterra. Inclusive, manteve-se a família real no poder, que mudou o regime político para uma monarquia constitucional e impôs, pela força das armas, um Estado colonial centralizado.<sup>28</sup> Não foi uma revolução democrático-burguesa, já que, entre outras coisas, manteve no poder a aristocracia rural, não realizou a reforma agrária nem levou ao poder uma classe burguesa portadora de uma nova organização da sociedade. A debilidade da burguesia tupiniquim cobrou seu preço na hora de assumir a direção da revolução democrática. Essa burguesia escravista tinha mais medo dos escravos e do povo que dos ingleses e dos portugueses.

No dia seguinte, a independência já abriu novo conflito entre D. Pedro I e a oligarquia do açúcar, que queria restringir os poderes do monarca e aumentar os seus. Foram sessenta anos de rebeliões locais; e a unificação, pela força das armas, do território nacional, uma tarefa da revolução burguesa, foi realizada pela via “prussiana”, isto é, num acordo de cúpula.

O pavor das revoluções que se alastravam por toda América,<sup>29</sup> o domínio inglês e a fragilidade da burguesia nativa empurraram o Brasil para o doloroso caminho das mudanças pela cúpula.<sup>30</sup> O imperialismo nascente inglês empurrou a classe dominante brasileira para operar transformações profundas pela via pacífica, pois de outra forma, revolucionária, poderia fazê-la romper com a Inglaterra, como ocorreu nos Estados Unidos. Os ingleses queriam manter todo o *status* colonial, sem a escravidão, que já não era rentável nesse período. Optaram pela via

---

e se aprisionaram perto de quatrocentos. Outeiro do Barriga em 8 de fevereiro de 694.” Acessado em 30/9/2016: [http://www.franklinmartins.com.br/estacao\\_historia\\_artigo.php?titulo=bandeirante-conta-como-destruiu-palmares-1694](http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=bandeirante-conta-como-destruiu-palmares-1694)

<sup>25</sup> Em 14 de março de 1696, o governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, escreveu ao rei de Portugal, João V: “Determinei que pusessem sua cabeça em um poste no lugar mais público desta praça, para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam Zumbi um imortal (...)” Acessado em 30/9/2016 em <http://www.olhardireto.com.br/conceito/noticias/imprime.asp?id=6128&iframe=true&width=525&height=520>

<sup>26</sup> Amaral, F. P. do. Apud Carvalho, A. *Estudos pernambucanos*. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

<sup>27</sup> O caráter preventivo da declaração de independência por parte da monarquia se deve às verdadeiras revoltas que estavam se desenrolando no país. Assim, a monarquia se antecipa na sua “independência”, antes que se conquiste numa verdadeira revolução de independência, como anunciava seu preâmbulo, a revolução pernambucana de 1817, de caráter republicano: “(...) finalmente, em 1817, na primeira revolução de independência, em que combateram mais de 5 mil homens e que deu ao brasileiros mais de dois meses de exercício do governo, perderam a vida mais de 350 pessoas nos combates, especialmente na batalha de Pindoba, afora os mortos nas ruas, os ‘suicidados’ falecidos nos cárceres, degradados e os 4 arcabuzados na Bahia e 9 enforcados em Pernambuco.” Rodrigues, José Honório, *Conciliação e reforma no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 29.

<sup>28</sup> “Suprimido o monopólio português, em 1808, ou antes, absorvido pelo predomínio britânico, as condições políticas gerais do Brasil não sofreram alteração radical: a mesma fraqueza congênita da classe dirigente para constituir um governo próprio imprime um caráter fictício e caricatural à adaptação das instituições parlamentares da monarquia brasileira.” Liga Comunista Internacionalista (LCI), “Projeto de Teses sobre a situação nacional”, 1933.

<sup>29</sup> Em 1831, um dos principais líderes do momento, o deputado Evaristo da Veiga, expressou assim seu medo da revolução social: “(...) se há um pensamento comum que ligue os homens que sustentam administração atual é o de obstar a uma revolução violenta que traria a desgraça do Brasil.” Citado por José Honório Rodrigues em *Conciliação e reforma no Brasil*, op. cit., p. 42.

<sup>30</sup> “Estava em marcha uma singular revolução pelo alto.” Ianni, Octavio, *A ideia de um Brasil moderno*, op. cit. p. 23.

“prussiana”, negociada e reformista, para iniciar transformações profundas no país. A inexistência de uma classe burguesa independente no Brasil e o predomínio do capitalismo no mundo obrigaram a monarquia a assumir o caminho das transformações burguesas com meias medidas, atrasando por quase um século a subida da burguesia ao poder e a industrialização do Brasil. A burguesia nativa e o imperialismo, com medo da revolução negra, optaram pela via fria do bismarckismo,<sup>31</sup> isto é, das mudanças de cúpula, sem participação popular. Ou seja, o sujeito social da revolução burguesa já temia mais a revolução que a reação.

Essas transformações profundas, da Independência até a Proclamação da República, puderam ser feitas pela via “pacífica” e reformista devido a vários fatores: já havia um domínio das nações capitalistas adiantadas sobre o Brasil; o país já tinha uma economia voltada para o mercado mundial capitalista que vinha se tornando cada dia mais burguesa; a aristocracia rural burguesa já dominava desde a economia canavieira; ocorriam grandes revoluções de independência e democrático-burguesas na América e no mundo. Junto com isso, realizaram-se importantes revoltas de negros<sup>32</sup> e republicanos desde 1780, que vão persistir até 1889. Com a Proclamação da República, todas estas semirrevoluções foram derrotadas, porém, empurraram a monarquia e a aristocracia rural a trilhar cada vez mais o caminho do capitalismo, isto é, a se tornar burgueses. A burguesia brasileira, por sua dependência umbilical com o capitalismo europeu, já nasceu reacionária.

Em todo o período que vai de 1822 até a Proclamação da República, em 1889, se processou uma adaptação em câmera lenta da economia e da política brasileira às condições capitalistas de produção, determinadas pelos ingleses. Foi quase um século perdido, resultado da covardia e debilidade congênita da burguesia brasileira, a aristocracia rural burguesa.<sup>33</sup> Nesse período, a burguesia cafeeira substituiu a aristocracia rural e assumiu o poder em 1889, já com todas as condições de produção adequadas ao sistema capitalista, inclusive com o trabalho assalariado de imigrantes europeus, mantendo a monocultura e o domínio semicolonial do Brasil pela Inglaterra.

A Inglaterra passou a dominar o Brasil via comércio de manufaturas,<sup>34</sup> exportação de mercadorias, de capitais e, principalmente, via dominação financeira, através de empréstimos vultosos. Isso criou uma forma de acumulação capitalista dependente das exportações de produtos primários para gerar libras ou dólares, que serviam para pagar as dívidas com as metrópoles, esquema que se mantém até hoje.

---

<sup>31</sup> Conceitualmente, poderíamos designar esse fenômeno de *bismarckismo*, em alusão à transformação realizada na Alemanha que passou do Estado feudal para o Estado capitalista sem realizar uma revolução democrático-burguesa vitoriosa, processo que se deu basicamente por um acordo entre a nobreza feudal, representada por Bismarck, com a burguesia. Aqui nos coube um *bismarckismo colonial*, porque essas transformações foram realizadas pela pressão e domínio do imperialismo nascente, e não por uma burguesia autóctone. Portanto, as transformações, em vez de tornarem o Brasil um Estado imperialista como a Alemanha, o afundou ainda mais na dependência dos capitais estrangeiros.

<sup>32</sup> “Além do conhecido *Quilombo dos Palmares*, no século XVII, que durou mais de sessenta anos, cita-se o quilombo da *Carlota*, originariamente chamado Piolho, em Mato Grosso, por volta de 1770, organizado por escravos fugidos dos trabalhos de mineração. Mais ou menos da mesma época e zona são os de Campo Grande, Tengo-Tengo e o da Serra Negra. (...) Em 1798 [os negros] participam da *Conspiração dos Alfaiates*, na Bahia. As crônicas se referem ainda a insurreições negras em Minas, de 1756; S. Tomás, S. José do Maranhão de 1772. Ainda na Bahia, há uma série de insurreições de várias *nações* de negros (Haussás, Nagôs, Yorubas), por vezes cada nação isolada, outras indiscriminadamente misturadas, em 1807, 1809, 1813, 1826, 1827, 1828, 1830. (...) A balaiada, de 1837, no Maranhão, é no fundo uma insurreição de escravos, dirigida pelo negro Cosme, o Balaio.” Basbaum, Leôncio, *História sincera da República*, tomo 1, op. cit., p. 242 e 243.

<sup>33</sup> “(...) a monarquia vegetou dois terços de século em meio à turbulência dos vizinhos do continente, prolongando, através da passividade burocrática, a vida de um regime político já caduco.” Pedrosa, Mario; Xavier, Lívio, “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, outubro de 1931. Publicado em Abramo, Fúlvio; Karepovs, Dainis. *Documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930-1933*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 69..

<sup>34</sup> Em 1863, o ministro de Abraham Lincoln, James Webb, relatava a Washington: “A Inglaterra fornece todo o capital necessário para melhoramentos internos no Brasil e fabrica todos os utensílios de uso doméstico, da enxada para cima, e quase todos os artigos de luxo, ou de necessidade, desde o alfinete até ao vestido mais caro. A cerâmica inglesa, os artigos ingleses de vidro, ferro e madeira, são tão universais como os panos de lã e os tecidos de algodão. A Grã-Bretanha fornece ao Brasil os seus navios a vapor e a vela, calça-lhe e drena-lhe as ruas, ilumina-lhe a gás as cidades, constrói-lhe as ferrovias, explora-lhe as minas, é seu banqueiro, levanta-lhe as linhas telegráficas, transporta-lhe as malas, constrói-lhe as docas, motores, vagões, numa palavra, veste e faz tudo, menos alimentar o povo brasileiro.” Citado por Leôncio Basbaum em *História sincera da República*, tomo 1, op. cit. p. 175.

Da independência até a Guerra contra o Paraguai, em 1864, o Brasil se afundou em dívidas. Em 1870, findando a campanha contra o país vizinho, o Brasil devia 20 milhões de libras esterlinas ao banco Rothschild, que havia financiado a guerra. A guerra custou ao Brasil 30 mil mortes. Ao Paraguai, mais de 600 mil mortes. O Brasil saiu da guerra totalmente dependente dos ingleses, sem lenço e sem documento.<sup>35</sup>

A Proclamação da República também foi uma mudança de cúpula, sem a participação popular, e levou ao poder a burguesia cafeeira, suprimiu a escravidão, mas manteve o latifúndio e a estrutura econômica baseada na monocultura de café para exportação. Contou com o apoio dos Estados Unidos, que já tinham um importante peso na economia, principalmente no café. Constituiu-se um Estado capitalista semicolonial porque seguia dependente da dominação inglesa, cada vez mais disputada pelos EUA, dos investimentos estrangeiros e do comércio mundial. Essa mudança de cúpula vai atrasar mais meio século o desenvolvimento do Brasil. Se tivesse realizado a reforma agrária, a industrialização, o desenvolvimento do mercado interno e a ruptura com a dominação estrangeira, haveria um salto no desenvolvimento do Brasil nunca visto.

A Proclamação da República foi uma mudança “pacífica” entre aspás porque foi empurrada por dezenas de revoltas e motins regionais,<sup>36</sup> quase revoluções, todas derrotadas pelo isolamento regional e ausência de uma burguesia que assumisse revolucionariamente seu papel. Essas minirrevoluções pressionaram para a implantação da República e para o domínio direto da burguesia cafeeira.

A República tirou o poder da aristocracia burguesa canavieira e o entregou para a burguesia cafeeira paulista. Revelou a decadência da produção de cana e com ela todo o poderio da região Nordeste do Brasil e a ascensão do café, que cresceu rapidamente a partir de 1850, baseado em uma produção essencialmente capitalista, predominante no Sudeste brasileiro, especialmente

---

<sup>35</sup> Com a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), Brasil, Argentina e Uruguai, financiados pelos ingleses, desencadearam um verdadeiro genocídio contra o Paraguai. A guerra teve como propósito arrasar com todo o desenvolvimento autônomo que o Paraguai vinha tendo desde 1811: indústria metalúrgica, estaleiros, fundições de ferro, frota mercante, marinha de guerra, estrada de ferro, imprensa gráfica, telégrafo, indústria têxtil. Todas as indústrias que tinham sido negadas pelos ingleses ao Brasil e à Argentina se desenvolveram no Paraguai, que tinha o monopólio do comércio exterior, não possuía dívida externa e cujo comércio era superavitário. O Estado era proprietário de 98% das terras. Aí se produziu uma verdadeira revolução democrático-burguesa, com muito peso estatal, já que a burguesia era muito frágil, como em toda parte da América Latina. No final da guerra tudo foi destruído. Todo o parque industrial foi arrasado. Houve um genocídio do povo paraguaio: quando a guerra começou, o Paraguai tinha cerca de 800 mil habitantes. Ao terminar, só restavam 194 mil habitantes, dos quais 14 mil homens e 180 mil mulheres. A população masculina foi praticamente aniquilada. Dos 14 mil homens que sobreviveram, somente 4.200 tinham mais de 10 anos, e 2.100 tinham mais de 20 anos. No final, só houve um ganhador: a Inglaterra. O Brasil e a Argentina saíram totalmente dominados e endividados com os ingleses. Para conhecer melhor o assunto, indicamos o livro *Guerra do Paraguai: revolução e genocídio*, de Ronald León Núñez (São Paulo, Sundermann, 2011).

<sup>36</sup> “Martim Francisco também disse na Câmara, em 4 de julho de 1833, que não havia lugar no Brasil que não estivesse ensopado de sangue. Agitações populares em todo o Brasil, com mortes e lutas, marcam os anos de 1832-1833: a sedição [golpe, motim, rebelião, revolução] militar no Rio de Janeiro (3 de abril de 1832) sem sangue; a abrilada no Recife (14 de abril de 1832) (...); a Cabanada, em Pernambuco, em 1832, que mobilizou 7.000 homens, com muitas e inumeráveis vítimas; as sedições no Pará, de abril a junho de 1832, com derramamento de sangue; o levante do batalhão na Bahia, de 27 de outubro de 1832, incruento; (...) a sedição federalista na Bahia, em fevereiro de 1832, seguida de nova revolta em abril de 1833, com derramamento de sangue: as lutas sangrentas em Alagoas (...) que envolveram mais de 15.000 homens; a sedição militar de Ouro Preto, em março de 1833; os combates nas ruas do Pará, em abril de 1833; a matança em 31 de maio de 1834, em Mato Grosso, de portugueses (mata-bicudos), continuada em 4 de setembro de 1834; 40.000 vítimas ensanguentaram o Pará, com a revolta dos Cabanos, em 1835; 11.000 pessoas se envolveram nas lutas da Balaiada, no Maranhão, em 1838-45, com 5.000 mortos; a grande revolta dos malês, afogada em sangue, com os mortos e os condenados à fôrça ou fuzilados, os açoitados e degredados para a África; a Carneirada em Pernambuco, em janeiro de 1835; o assassinato do presidente do Rio Grande do Norte, em 1838; cêrca de 3.000 pessoas foram aprisionadas e mais de 1.200 mortas, na Sabinada, na Bahia, em 1837-38; os Farrapos, a luta de maior vulto, maior duração (1835-1845) e caráter mais político que social, envolveu mais de 20.000 combatentes, com pesado tributo de sangue, pois só no combate do Rio Pardo, em 30 de abril de 1838, 1.500 homens imperiais foram destroçados; a revolta dos Bem-te-vis no Piauí, em fevereiro de 1840; a revolução de 1842 em Minas Gerais e São Paulo, com grande número de combatentes; a luta entre lisos e cabeludos, em Alagoas, com a participação do cangaceiro Vicente de Paula (...) e na qual houve grande número de combatentes e grande derramamento de sangue; a rebeldia, em 1847, na Comarca do Rio Formoso, em Pernambuco; os motins antiportuguêses, no Recife e no Rio de Janeiro, em 1848, com espancamentos, cacetadas e morras, com receios de grandes desordens; as matanças antes da Revolução da Praia, no Recife, em 26 e 27 de junho de 1848, ‘horrível carnificina’ (...) e, finalmente, a revolução da Praia, com mais de 3.000 combatentes, cêrca de 800 mortos e 1.700 feridos em 34 combates.” Citado por José Honório Rodrigues em *Conciliação e reforma no Brasil*, op. cit., p. 45-46.

em São Paulo.<sup>37</sup> Em 1872, a exportação de café rendia 115 mil contos, enquanto a do açúcar rendia apenas 27 mil contos. A estrutura econômica brasileira continuou dependendo de um único produto para exportação, continuou importando o grosso dos produtos industrializados e até alimentos, como o trigo.

Sem revolução burguesa, que liberaria o país da dominação estrangeira, se rompeu toda possibilidade de desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, como ocorrera nos Estados Unidos, que realizaram sua revolução democrático-burguesa em duas etapas: a de independência nacional frente aos ingleses, em 1776, e na guerra civil contra os escravistas do Sul, em 1861, que teve mais de 500 mil mortos. Assim, o progresso capitalista se alicerçou num rio de sangue. A escravidão durou 250 anos nos EUA e aqui, quase 400 anos. No Brasil, o preço pago pela não realização da revolução democrático-burguesa foi um século perdido, com sofrimentos inauditos do povo, com a manutenção da escravidão, o escoamento das riquezas para o estrangeiro, uma burguesia débil, um Estado forte. Em longo prazo, fortaleceu o imperialismo, por um lado, e o proletariado, por outro.

---

<sup>37</sup> “Na medida em que o café aumenta sua importância dentro da economia brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os EUA. Já na primeira metade do século XIX esse país passa a ser o maior mercado importador do Brasil.” Furtado, Celso, *Formação econômica do Brasil*, op. cit., p. 38.